Tereza de Benguela

RAINHA DO GUAPORÉ

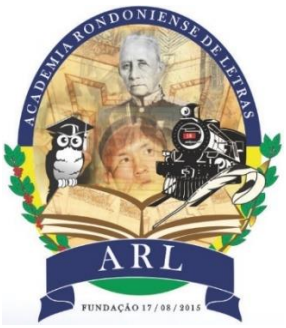
Edição revista e ampliada



JÚLIO OLIVAR

Tereza de Benguela

RAINHA DO GUAPORÉ



Júlio Olivar
Membro da Academia Rondoniense de Letras
Cadeira 8 – Patrono Edgard Roquette-Pinto

Tereza de Benguela

RAINHA DO GUAPORÉ

Copyright© 2026 Júlio Olivar

SUMÁRIO

Introdução.....**6**
I – Água, liberdade e forja **8**
A origem do nome Benguela e o porto do exílio

II – Quariterê? **14**
Etimologia, nheengatu e o mito do Quilombo do Piolho
A Paulistânia e a Língua Caipiresa

III – O ataque final **17**
A ordem de Luís Pinto de Sousa Coutinho
Reação e prisão da Rainha

IV – Referências que resistem ao tempo **21**
Tradição oral, matriarcado e o Dia de Tereza de Benguela, Lei 12.987/2014

SEÇÕES ESPECIAIS

Gente de Tereza – Iconografia **23**
Quilombos Hoje **25**
Ícones da História de Vila Bela **29**
Memória Aviltada – A Capela de Santo Antônio **30**

Fontes consultadas: Acervos Públicos e Bibliografia **32**

INTRODUÇÃO

Esta edição revista e ampliada nasce de uma convicção que amadureci entre arquivos, rios e varandas em Vila Bela.

Durante séculos chamamos Tereza de Rainha. O título é justo, está nos Anais de Vila Bela e vive na boca do povo. Mas Rainha não basta.

Ao reler a ordem de Luís Pinto de Sousa Coutinho para destruir o Quilombo Grande, em 1770, e ao ouvir "seu" Elísio Ferreira de Souza, na rua Pouso Alegre, onde tudo começou, entendi: Tereza não ostentava uma coroa simbólica. Ela exercia, de fato, um governo.

Ela comandava um parlamento com casa e deputados, uma economia de forja e roça, uma defesa com chefe militar e uma diplomacia com os povos Nambiquaras do Guaporé. Governou por duas décadas e seu quilombo resistiu mais 25 anos após sua prisão.

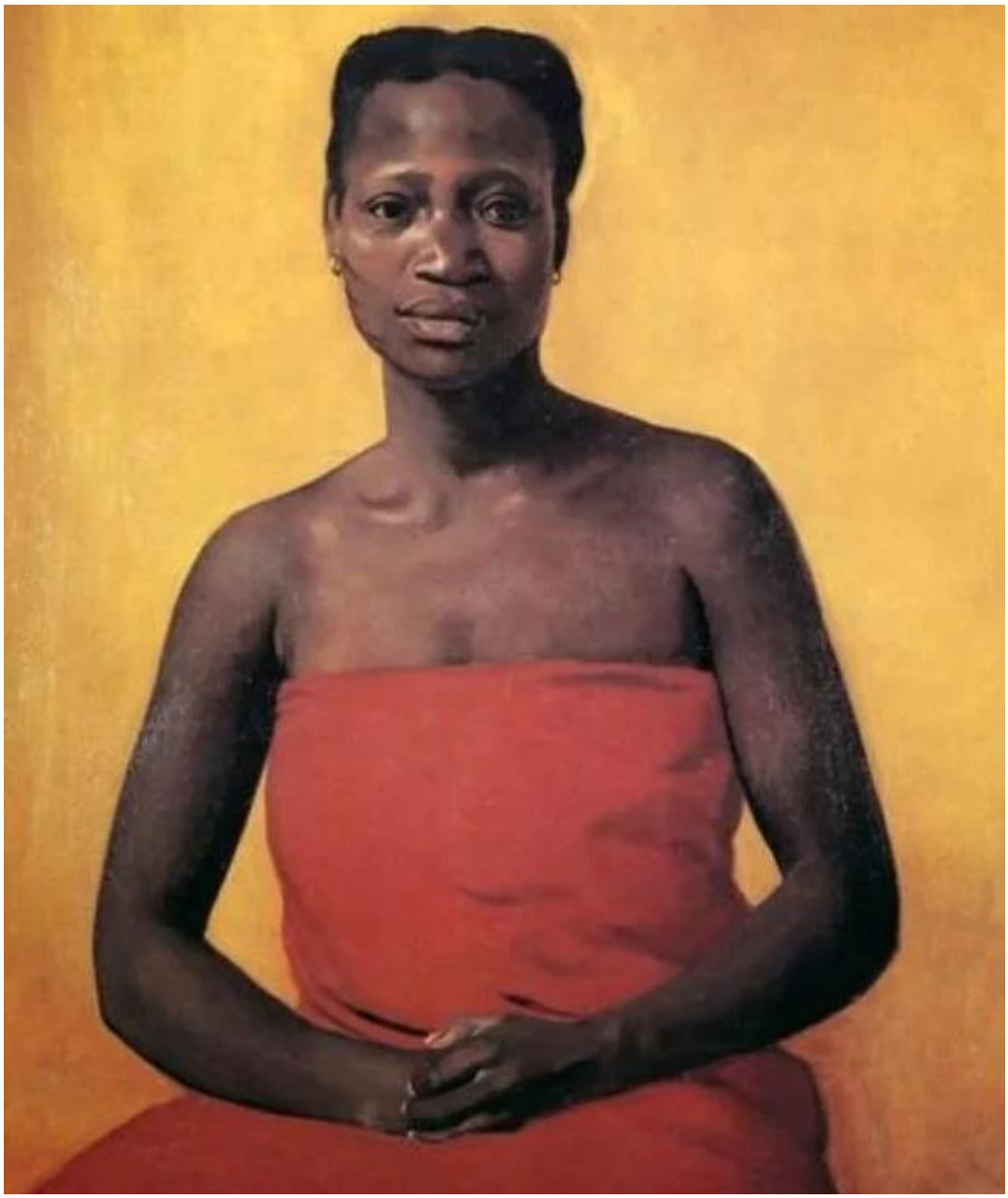
Rainha é o mito. Estadista é a função histórica.

Por isso, neste livro, ratifico sua figura de rainha, mas proponho que a vejamos também como **A Estadista do Guaporé** - a primeira mulher a governar um povo no coração da América do Sul, mais de um século antes da Abolição.

Devolvê-la à História como estadista é devolver dignidade à biografia de Tereza.

Vilhena, outubro de 2026.

O autor.



A pintura a óleo **"Mulher Negra Sentada de Frente"**, criada em 1911 pelo artista plástico suíço Félix Edouard Vallotton (1865-1925), foi adotada pelos movimentos negros brasileiros para representar Tereza de Benguela, homenageando-a como uma rainha quilombola. (Domínio público/Coleção privada)

I

Água, liberdade e forja

Há uma história que segreda silêncios com as águas dos rios do Vale do Guaporé, serpenteando por Mato Grosso e pelas terras que hoje conhecemos como Rondônia. É um capítulo que implica coragem, resistência e liderança autêntica, protagonizado por uma mulher cujo nome resiste aos séculos: Tereza de Benguela.

Para seus súditos, ela era a Rainha Tereza. Para o governo, em tom de sarcasmo, era "A desventurada rainha". Simplesmente, Tereza. Um nome de origem grega tão comum na Coroa Portuguesa que dominava a terra ancestral dela, na África, e que chegou ao Brasil Colônia. Tereza era nome de gente do povo, mas também de algumas matronas.

A denominação Benguela remete a um antigo reino africano liderado pelo Rei Mbegela. O nome do monarca que governou antes da colonização portuguesa é a razão da corruptela. Em 1615, o rei Filipe II de Portugal estabeleceu a Capitania de Benguela, cuja sede foi construída diante da Baía de São Filipe, em uma auto-homenagem do colonizador, onde havia o Porto de Benguela, em que o povo de Tereza embarcou rumo à maior tragédia brasileira: a escravidão. Atualmente, Benguela é a capital da província homônima, nação localizada na costa do Oceano Atlântico, em Angola.

Supõe-se que Tereza nasceu em Benguela. De outro modo, não faria sentido atribuir-lhe o sobrenome, precedido da preposição "de" que indica a origem. Ou, ainda, que foi de lá que vieram seus antepassados, em algum dos navios negreiros; cerca de 40% dos

escravizados vieram de Angola na época do Brasil Colônia, segundo informa o Dicionário de História de Mato Grosso (JESUS, Nauk Maria de).

Entre 1720 e 1750 entraram 10.775 escravizados no Mato Grosso. No período seguinte, entre 1751 e 1764, foram 3.051 pessoas, segundo dados divulgados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tereza tanto pode ter chegado na primeira ou na segunda leva. Fala-se que o quilombo em que ela vivia existia desde o início do século XVIII, mas sem comprovação precisa para tal afirmação. Muitas datas são imaginadas e repetidas, do mesmo modo que algumas "informações" aventadas não têm amparo historiográfico.

O primeiro fluxo de pessoas escravizadas, apontadas nesta estatística, decorreu das demandas da mineração, pecuária e engenhos de cana-de-açúcar, além das estruturas criadas na administração pública que precisavam de pessoas gradas que se faziam acompanhadas de cativos para trabalhos domésticos e que, também, eram usados nos serviços pesados das instituições, como a abertura de caminhos, condução de tropas, carregamentos de embarcações, transportes de damas em liteiras.

O segundo momento, onde Tereza parece se encaixar, existiu muito em função da fundação da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que determinou a construção de fortalezas – a principal, o Real Forte Príncipe da Beira, empregou centenas de escravizados – e o surgimento de benfeitorias rurais, como o fabrico de açúcar, cachaça e as práticas agropecuárias, além da mineração.

Em 1800, a capitania do Mato Grosso possuía uma população de 25.821 pessoas, sendo que 11.190 eram escravizadas. A exploração dos africanos era tão marcante quanto a luta deles pela liberdade e resistência, representada em diversos quilombos, desde o século anterior. Nunca houve servilismo silencioso, contido e conformado. Houve lutas. E as fugas eram parte dessas batalhas.

Os raros relatos antigos que abordam a história do Quilombo Grande pintam Tereza como uma figura imponente aos olhos da aristocracia colonial. Relata-se que ela exercia uma liderança autoritária, com castigos que incluíam decepar orelhas e ordenar a execução por enforcamento ou sepultamento vivo daqueles que traíam as regras da comuna e sua confiança. Esse era um jogo profundamente complexo que Tereza era forçada a jogar no contexto da sociedade marginalizada e ilegal que era o quilombo. Seus atos refletiam a análise do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) sobre o poder e a disciplina. Para manter a ordem e a coesão, ela precisou adotar medidas severas, muitas vezes draconianas, contextualizadas ao período em que viveu. Todas as informações, enfatizo, são de origem oral e passam de geração a geração. Não há documentos comprobatórios.

A líder ansiava por autonomia em relação a Portugal, que impunha sofrimento ao seu povo. Ao assumir a posição de rainha, ela estabeleceu uma nação autônoma naquele espaço geográfico de Vila Bela, que era uma cidade-estado, imensa, desafiando o poder constituído pelos dominantes. Para garantir essa independência no quilombo, ela buscava soluções políticas e econômicas. O povo de Tereza dominava a forja de ferro, transformando antigos objetos de castigo das senzalas e materiais apropriados dos colonizadores em ferramentas agrícolas. Consta que o quilombo incluía duas tendas para ferrarias.

Os quilombolas produziam milho, feijão, mandioca, fumo, algodão e banana, além de tecer panos em rocas e teares, que tinham muito valor comercial. Seus moradores

chegavam a interagir comercialmente com colonos que foram se aproximando e se instalando no Guaporé após a criação de Vila Bela e a instituição da Capitania do Mato Grosso.

As práticas dos negros incomodavam o governo protocrata, pois os negócios entre brancos e negros empoderavam os refugiados e afrontavam o poder dominante, que se sustentava com impostos extorsivos, patrimonialismo e exploração dos africanos, a serviço dos latifúndios que, até hoje, tenta tornar invisível a presença quilombola no Guaporé.

Era um abuso perante os mandatários que os negros provassem que podiam sobreviver com trabalho livre e criatividade, especialmente quando muitos acreditavam que eles compunham uma sub-raça e que sequer tinham alma. Alguns padres ajudavam a capturá-los e apoiavam a manutenção de pelourinhos às portas da Igreja. A ciência também dava respaldo a essa teoria equivocada. Um dos principais suportes teóricos desse conceito foi o médico e naturalista alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), que, no final do século XVIII e início do século XIX, propôs uma classificação de raças humanas que influenciou muitos outros estudiosos da época, até o século XX.

Apesar das mudanças globais que culminaram na Revolução Francesa (1789-1799), o mundo ainda parecia envolto nas trevas da Santa Inquisição e da escravidão, que perdurou no Brasil até 1888. Mesmo no final da Idade Moderna, tudo era carregado de simbolismos e guerras explícitas e veladas. Até mesmo a Igreja Católica enfrentava o dilema da auto-antropofagia, recebendo severas acusações que implicavam clérigos em choque com as regras da Santa Sé.

Mato Grosso, especialmente Vila Bela, esteve intrincado nesse jogo desde o princípio da capitania, com casos envolvendo padres. O governador Rolim de Moura chegou a denunciar, em 1758, um clérigo por abusos sexuais contra uma escravizada. A hipocrisia: podia-se escravizar, matar, torturar negros, mas não era permitido pecar. O sexo era o terror da culpa católica. Essa era a visão do governador, que personificava a ideia do "homem-médio" da época. O pecado era subjetivado e ajustado em consonância com os interesses predominantes, ditados pelo feudalismo e a sociedade estamental.

O fato é que Tereza era, legal e moralmente, uma serva. Apenas isso, aos olhos dos que tinham poder de mando. Mas ela era, também, uma subversiva. Viveu essa realidade comum da época: de subjugação existencial. Ela era um ativo comercial, uma propriedade de terceiros, não sendo dona de si mesma nem do seu tempo. "Quem possui a terra, possui as pessoas", diria um século depois o abolicionista negro Rebouças ("André Rebouças: através da sua autobiografia", de Tte. Cel. Ignacio José Veríssimo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939).

Na época da Rainha do Guaporé, não existia propriamente um Movimento Abolicionista, que só ganharia força no século XIX. Havia, claro, manifestações a favor da libertação dos escravizados, mas tudo era feito sutilmente e sem esperança de que resultasse na abolição a curto prazo, o que só ocorreu mais de um século após a morte de Tereza.

Ela e outros líderes negros atuavam por conta própria, sem a tutela ou ajuda de escribas, juristas ou personalidades influentes na sociedade – como seriam, futuramente, vários abolicionistas notáveis no Brasil, a exemplo de Joaquim Nabuco, Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio. É certo que durante a Inconfidência Mineira, que eclodiu em 1789 – quando Tereza já havia falecido há 19 anos –, teria havido a primeira manifestação pela abolição, liderada pelo poeta e jurista carioca Alvarenga Peixoto que, paradoxalmente, era senhor de escravos em sua fazenda nas Minas Gerais. Alvarenga Peixoto morreu em

1792, curiosamente em Angola, onde estava vivendo como degredado na nação de Tereza. Ele deu seu último suspiro na atual cidade de Ambaca, a cerca de 600 km da capital Benguela.

Os quilombolas não ficaram à espera de um milagre. Foram protagonistas e de vanguarda na luta pela libertação. Realizaram uma espécie de catarse, uma purificação da alma que nasce livre e não pode ser submetida à injúria da escravidão, como ocorria ante à visão de supremacia europeia sobre indígenas e africanos, com a anuência de todos os poderes, além dos respaldos científico e religioso. Os quilombos eram ajuntamentos ou federações de rebeldes, anarquistas no sentido de enfrentarem o status quo, mesmo sob o risco da morte.

Não existe nenhum outro herói na história brasileira que mereça mais reverência do que os próprios quilombolas, que atuaram em todos os cantos deste país. O mais notável deles, na história, foi Zumbi dos Palmares (1655-1695), enquanto que o Rei Ambrósio manteve o maior de todos os quilombos do país, o Campo Grande, em Minas Gerais, contemporâneo de Tereza de Benguela. Aliás, nenhum dos abolicionistas – Nabuco, Gama, Patrocínio etc. – aqui citados era sequer nascido no tempo de Tereza. E, sim, todos merecem muitas deferências pelo legado e o caráter humanista que os moveu, com coragem que, até hoje, o Brasil não exalta como deveria.

Tereza é envolta em mistérios e lendas. Isso não poderia ser diferente, afinal, a primeira atitude dos exploradores foi sempre invisibilizar e inviabilizar os negros. O nome de Tereza ficou centenas de anos longe dos jornais.

Quem quis ouvi-la? O nome de Tereza é raramente citado pela imprensa nos séculos passados, ou seja, ela passou centenas de anos esquecida. O primeiro pesquisador a publicar sobre Tereza de Benguela foi Elísio Ferreira de Souza, um homem negro nascido em 1939 em Vila Bela. "Eu e meu amigo Tito Profeta da Cruz [ele era negro, foi um entusiasta da cultura, prefeito, vereador, e morreu em 2014, aos 76 anos] nos interessamos pela história dela e recorremos a documentos, eu ainda ainda criança. Havia alguma coisa em Cuiabá, onde servi no exército e estudei no Colégio Salesiano, concluí o curso técnico de sapateiro, que era algo relevante na época", relata Elísio, aos 86 anos, durante uma visita que este autor fez a ele, em sua casa em Vila Bela, na rua Pouso Alegre, 111, em 3 de janeiro de 2025.

Este lugar, aliás, é um ponto geográfico bastante curioso: foi no antigo Pouso Alegre que Rolim de Moura deu por fundada a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que durante mais de oito décadas foi a capital do Mato Grosso, desde o Brasil Colônia à fase do Império. E nós – "seu" Elísio e eu – estávamos ali, sentados naquela varanda, de frente para a rua onde tudo começou no processo de formação político-administrativa do Mato Grosso.



A antiga rua de Santo Antônio, atual rua Pouso Alegre, em Vila Bela. Ao fundo, a Serra Ricardo Franco (Foto: Benjamin Rondon)



Elísio, à esquerda, me recebeu em sua residência, em 2025; ele foi o primeiro a pesquisar sobre Tereza, ainda na década de 1940.

Perto uns 100 metros de onde mora o decano memorialista Elísio, havia o porto do Guaporé, em frente à Capela Real de Santo Antônio dos Militares, na lateral da Rua Pouso Alegre, antiga Rua de Santo Antônio. "Foi aqui, ao lado de onde estamos, no velho porto, que chegaram os portugueses, ainda no século XVIII, inclusive os algozes de Tereza", romantiza o pesquisador.

Segundo "seu" Elísio, a figura da Rainha do Guaporé não era cultuada até meados do século XX.

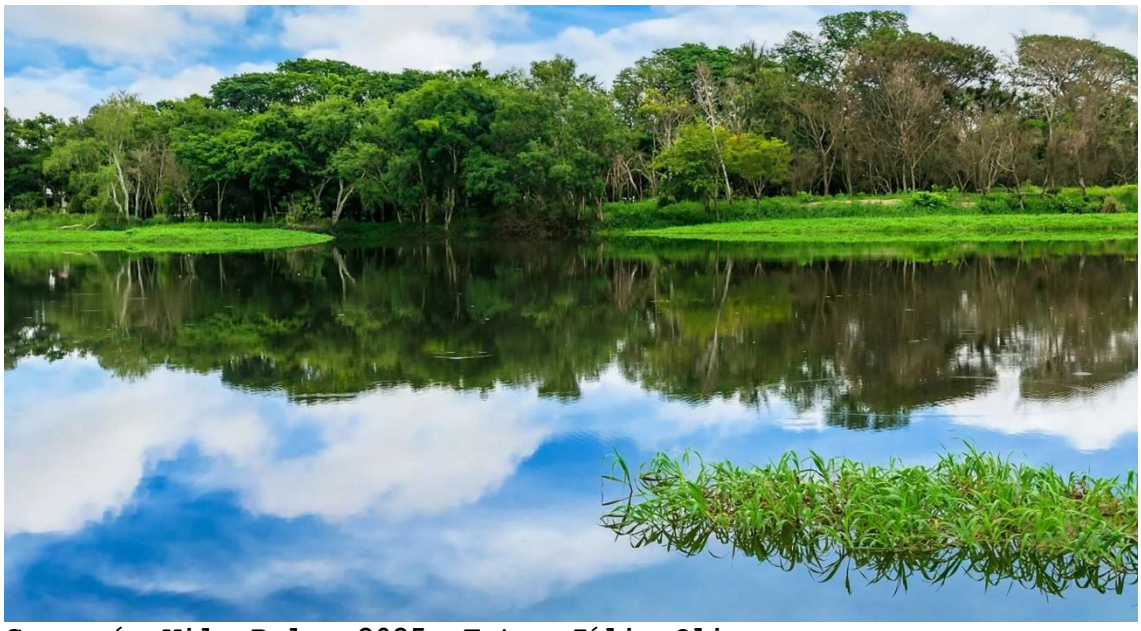
"*Fomos nós que recomeçamos a escrever essa história, que ficou muito tempo esquecida. Muita coisa foi destruída em Vila Bela por falta de informação e cultura. E que fique claro, sobre a Rainha Quilombola: certamente Tereza tinha outro nome tribal ou aceito entre o seu povo. Não sabemos qual era, porque a história verbal, falada, e não escrita, pode morrer com o tempo. A gente ainda conseguiu acudir alguma coisa, receber os ecos do passado que vai ficando cada vez mais raro e distante. O nome que ela adotou foi por imperativo cristão; a Igreja Católica era oficial*", explica o estudioso.

Ainda segundo Elísio, *"Vila Bela é uma cidade de muitos negros, mas nem todos foram 'escravos deixados para trás'* [quando a capital mudou para Cuiabá], *como alguns historiadores dizem, reforçados*

até por publicações oficiais. Há muitos negros que foram protagonistas, lideranças ouvidas e respeitadas, que ocuparam cargos políticos de destaque ao longo da história". Além disso, esses negros migraram para outros pontos, ao longo do Vale do Guaporé e hoje vivem em diversas comunidades de Rondônia.

Mesmo depois da transferência da capital para Cuiabá, parte da elite branca permaneceu em Vila Bela, em casas de beldrame de pedra e adobo. Na mesma cidade, negros forros — que "nem sempre vieram na condição de escravos" — tornaram-se agricultores, seringueiros, pescadores, mineradores e lideranças políticas, observa Elísio. Entre os troncos familiares negros que permanecem desde o Império estão os Profeta da Cruz, Fernandes Leite, Leite de Brito, Ferreira Coelho e Frazão, alguns dos quais se deslocaram para o Guaporé rondoniense, na região hoje ocupada por Pimenteiras do Oeste.

O consciente coletivo em Vila Bela combina a historiografia com as lendas que envolvem a misteriosa vida de Tereza. Ela se tornou uma personagem iconográfica, tanto formalmente quanto por meio de manifestações artísticas, como a pop-art. Sua representação aparece em grafismos, murais nas paredes e até na placa de boas-vindas na entrada da cidade.



Guaporé, Vila Bela, 2025. Foto: Júlio Olivar

II

Quariterê?

Seria um nome afro ou indígena? Não é uma palavra da língua bantus (quimbundo) ou umbundu, nem reconhecida entre nambiquaras – que forma um tronco linguístico independente –, os indígenas que viviam no quilombo. Além do mais, a língua portuguesa está presente em Angola desde o século XVI, embora fossem mantidos dialetos tribais na África e o quimbundo ter influenciado a língua portuguesa, notadamente a falada no Brasil. Nas citações históricas, o local em que Tereza vivia era tratado apenas como Quilombo Grande, e nada mais.

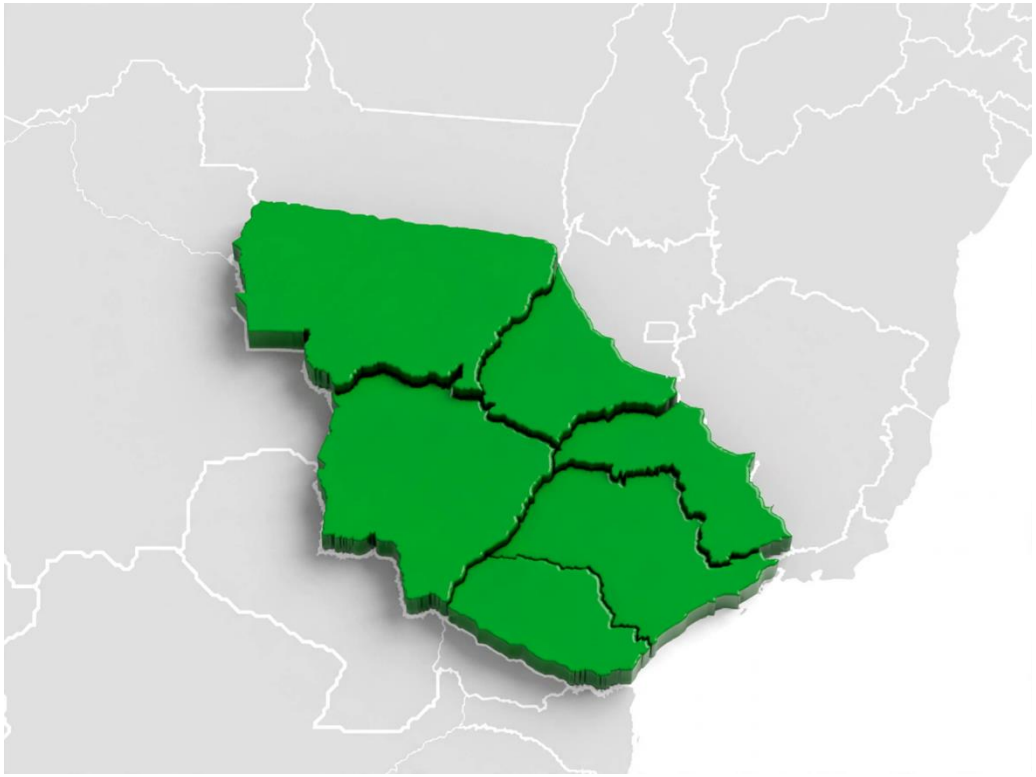
No entanto, a cultura oral pode ter perpetuado o nome Quariterê, talvez como uma expressão coloquial, pois o mesmo não encontra amparo etimológico nas fontes citadas. Alguns autores mencionam que a denominação seria equivalente a Quilombo do Piolho, em tupi. Contudo, a correta tradução para o tupi antigo seria Kyba kûara; ou Yvykuá Pi'õ, para o nheengatu; ou para o bantu antigo, seria Kilombo ka Nkuni.

Sublinho, porém, que o bantu é um grupo linguístico que abrange cerca de 400 etnias, com mais de 200 milhões de pessoas, principalmente na África Subsariana, com uma enormidade de dialetos. Quariterê pode estar perdido entre eles.

Arrisco possíveis traduções livres. Quariterê pode significar "rocha bonita". Em tupi, Quari reporta, na fauna, às palavras toca ou buraco – usado para os animais se esconderem. Como as pessoas faziam no quilombo: era um esconderijo. Terê é algo bom ou bonito no tupi castiço, ou curso de água no nheengatu, a língua geral falada no Brasil que misturava o português e o tupi.

Sobre o tupi antigo, o padre José de Anchieta (1534-1597), considerado um dos fundadores da cidade São Paulo, deixou várias orações e textos traduzidos na obra Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil. Do século XVII, destaca-se o dicionário de Pero de Castilho (?-1615). O falar caipira, por sua vez, constitui uma variedade dialetal resultante do contato prolongado entre o português europeu e o nheengatu. Dessa convivência, o português falado no Brasil herdou milhares de vocábulos de origem tupi, além de traços marcantes de entonação, ritmo e fonética que ainda hoje moldam o sotaque brasileiro.

Vila Bela fazia parte do Universo Caipira, era o ponto final do mapa da Paulistânia. Ainda hoje é possível ouvir palavras arcaicas em conversas informais em Vila Bela, denotando a presença desta raiz tão antiga do Brasil, que é o caipira.



O universo caipira é chamado de Paulistânia, um território enraizado em São Paulo e na capitania de São Vicente, no litoral sul de São Paulo, que foi o primeiro município brasileiro – onde se implantou a primeira câmara de vereadores em 1532 – com as incursões dos bandeirantes que rumaram a esses pontos em busca de minas de pedras preciosas e da captura, domínio e escravidão de indígenas.

Paulistânia: neologismo criado por Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) para imitar Lusitânia (povo ibérico pré-romano). Pelo que se atesta, apenas o estado de São Paulo é inteiramente caipira. Os demais são parcialmente: Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – neste último, os hábitos do território chegam a Vilhena, em Rondônia, e outros territórios que foram fronteiriços com Vila Bela, no Vale do Guaporé.

A antiga capital da capitania do Mato Grosso foi a cidade mais distante, 2.055 km em relação à capital de São Paulo, dentre as que compunham o Mapa da Paulistânia. Pela ótica dos bandeirantes, dos emboabas e dos jesuítas que vinham do atual Sudeste do mapa político, ou se falava nheengatu ou se era tapuia. E "tapuia" é uma definição equivocada, pois, como já está claro, tudo o que não era familiar aos jesuítas, era chamado de tapuia. O Brasil sempre foi muito mais do que essa classificação reducionista sugere. Somos um país multilíngue.

Oficialmente, ainda hoje são cerca 295 línguas em solo brasileiro, segundo censo do IBGE de 2022. Mas foi o tupi – e o nheengatu – que permitiu o diálogo dos invasores europeus com os indígenas da costa.

A Língua Caipiresa é, portanto, um elo entre o tupi antigo, o nheengatu (língua geral) e o português de Luís Vaz de Camões (1524-1580) – o maior poeta da língua portuguesa –, com elementos africanos. Daí a razão pela qual tantas palavras e expressões do português arcaico foram incorporadas ao uso coloquial e permanecem no cotidiano contemporâneo, em pleno século XXI. Veja, com isso, a força do caipirês, que sustenta uma raiz de cinco séculos no Brasil.

No século XVI, os portugueses habitavam as vilas de São Vicente e de Piratininga (hoje, São Paulo) e se espalharam rumo ao Vale do Paraíba e dali para outros pontos de São Paulo, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, partes de Goiás, Tocantins, Paraná e Mato Grosso – que abarcava Rondônia e Mato Grosso do Sul, como já citado. Esse é o universo caipira, que também passou a ter laços com áreas dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido às ondas migratórias protagonizadas principalmente após o tropeirismo nos séculos XVII e XVIII.

Pelos caminhos dos bandeirantes, mineradores e tropeiros, foram abertas estradas, sedentarizados antigos aventureiros e, assim, criadas comunidades que hoje são cidades – muitas delas com nomes indígenas, como Taubaté, Carapicuíba, Atibaia, Mairiporã, Curitiba, Goiás... centenas! Mas não se engane: as toponímias não foram dadas por indígenas; foram efetivamente deliberadas pelos dominadores, segundo o entendimento que eles tinham a respeito do nheengatu, que era a língua corrente dentro e fora dos aldeamentos indígenas e normatizada gramaticalmente pelos jesuítas europeus. Pode ser o caso do nome dado ao quilombo de Tereza de Benguela.

Às margens de conjecturas linguísticas, dona Tereza navegava com destemidos barcos pelos rios e buscava manter a ordem e a sobrevivência de seu povo. Ela comandava a estrutura política, econômica e administrativa, defendendo sua comunidade. Diz-se que sob sua liderança havia uma espécie de parlamento, um conselho comunitário em que os membros eram tratados como deputados. Havia também um militar-chefe da comunidade.

Sobre a existência de Tereza e seu quilombo, há apenas uma fonte primária: os Anais do Senado da Câmara [equivalente à Câmara de Vereadores] de Vila Bela da Santíssima Trindade. O referido livro revela uma informação substancial sobre o poderio e liderança de Tereza:

"Chamavam esta muito intitulada Rainha Tereza (...). Governava-se esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados (...)".

Depois de dois séculos em solo português, o livro dos Anais de Vila Bela foi adquirido pela Biblioteca Newberry Library, nos EUA. Em 2006, a Universidade Federal do Mato Grosso publicou um livro apresentando a transcrição rigorosa do original, acompanhada de linguagem atualizada, notas explicativas e índice detalhado do raro documento histórico.

III

O ataque final

As forças militares oficiais e milicianas para dar fim a Tereza de Benguela foram contratadas pelo governador da Capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1734-1804), segundo os anais.

Um trecho do documento (vocabulário, enredo e grafia atualizados pelo autor para facilitar o entendimento do leitor) sobre a instituição da companhia para captura da líder quilombola diz o seguinte:

"O governador deu as instruções necessárias ao sargento-mor João Leme do Prado sobre o quilombo. Ordenou-lhe que, o mais breve possível, se aprontasse para sair com sua companhia, atacar e destruir o Quilombo Grande, que havia notícia certa de estar estabelecido nas margens do Rio Galera. O governador mandou aprontar pólvora e bala, retiradas do Armazém Real de Vila Bela da Santíssima Trindade. Mandou, também, que essa companhia fosse auxiliada por militares comandados pelo cabo João de Almeida, com seis soldados pedestres. Recomendou, mais que tudo, ao sargento-mor o inviolável segredo que devia haver na saída para tal quilombo, a fim de que os negros não tivessem notícia do iminente ataque."

Em outro trecho, o documento esclarece:

"No dia 27 de junho de 1770, o sargento-mor, o cabo, a companhia e os pedestres [totalizando 20 homens] iniciaram a bandeira para impor a derrota do quilombo pela parte inferior que intercede entre a Serra dos Campos dos Paraju e as margens do Guaporé. Rompendo os sertões e veredas mais agrestes, os homens chegaram ao afamado Quilombo Grande e o embateram na noite de 22 de julho de 1770. Por estarem as casas dos quilombos divididas e dispersas umas das outras, em diferentes partes, os governistas foram atacando uma a uma; surpreenderam pouca gente, até a chegada ao centro da povoação. À medida que a tropa avançava, as pessoas, ouvindo alguns tiros e gritaria, se puseram em fuga, de forma que o sargento-mor precisou aquartelar naquela área do quilombo por bastante tempo."



O general português Sousa Coutinho, primeiro Visconde de Balsemão, determinou a prisão de Tereza de Benguela (Iconografia; autor desconhecido/Domínio Público).



Soldado pedestre da Nova Companhia de Ordenanças dos Homens Pretos do Mato Grosso.

Ilustração de Alexandre Rodrigues Ferreira, c.1789. Acervo do Museu Bocage, Lisboa.

REAÇÃO E PRISÃO

Segundo o relatório oficial, Tereza "mandou os seus que pegassem em armas e tudo matassem. Alguns de seus súditos assim o fizeram, acudindo à voz da líder e pegando em armas; mas não puderam usá-las pela força que viram contra si". Assim anotou o escrivão nos Anais de Vila Bela. Mais de 30 negros escaparam para o mato. Mesmo com a defesa armada e das fugas, nove quilombolas foram mortos e 41 aprisionados e conduzidos para Vila Bela.

A líder foi protegida por seu guarda-costas e autoridade militar, José Cavaco. Mas Tereza foi capturada ao se ferir. Narra o escrivão: "No saltar de um riacho, a desventurada rainha se estrepou em um pé". Certamente, não foi levada em montaria até a cadeia, mesmo com o pé ferido.

Há versões que afirmam que Tereza cometeu suicídio ao ser capturada. Outra, que ela foi alvejada e morta quando tentava fugir. A posição oficial, contudo, é de que ela foi, apesar de machucada, levada presa para a Cadeia de Vila Bela, e lá morreu vítima de inanição e melancolia; era uma mulher já idosa e estava arruinada física e moralmente, considerando ser ela uma amante de liberdade, e agora estava aprisionada. Depois de morta, segundo a fonte, *"cortaram-lhe a cabeça e a puseram no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem"*.

O quilombo, refúgio e local de culto da aspirada emancipação, resistiu por cerca de 25 anos após a morte de Tereza, quando foi destroçado de vez e, no lugar, o governo criou a Aldeia de Carlota, distribuiu terras a colonos e pretos forros, com o trato de que produzissem na agricultura e impedissem a estada de outros negros no local. Escravizados idosos foram enviados pelo governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para morar nesse aldeamento. A agricultura, porém, não prosperou em Carlota como nos tempos de Tereza de Benguela.

O Rio Galera, cenário de todos os acontecimentos, fica próximo da Serra de São Vicente, no Alto Vale do Guaporé. O quilombo teria sido estabelecido neste local antes da chegada dos mineradores, portanto, ficava distante e escondido de todas as incipientes povoações que foram surgindo em decorrência da mineração e da fundação de Vila Bela, em 1752.

O registro oficial também é claro em outro ponto: o Quilombo Grande não estava situado à altura do Rio Piolho ou Rio Cabixi, que fazem divisa com o atual estado de Rondônia. Alguns autores forçam a inclusão de Rondônia no contexto, erroneamente. O local do quilombo: entre os atuais municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda; ambos não são limítrofes com Rondônia, embora componham o Vale do Guaporé, com sua área navegável desde Vila Bela até sua foz no Rio Mamoré, afluente do Rio Madeira.

A confusão geográfica implica dois fatores factuais: o nome do marido [alguns autores o apontam como conselheiro, e não marido] de Tereza – José Piolho – que alude ao Rio Piolho, e a menção de ela viver entre indígenas cabixis, que se conectam ao nome de um município de Rondônia. O Rio Cabixi nasce no município de Vilhena e é afluente do Guaporé, e ambos cortam o município de Cabixi, que também foi território dos povos ancestrais homônimos.

Os indígenas Cabixis, assim como os Negarotês, Wasusu e outros são Nambiquaras, pertencentes à mesma família, que vive na mesma área, ao longo do Vale do Guaporé e em todo o Planalto dos Parecis. O antropólogo Edgard Roquette-Pinto, em 1912, descreveu os Nambiquaras no clássico livro "Rondonia", de 1917, como "o povo mais primitivo das Américas".

Na mesma região em que viveu Tereza, houve também outros matizes culturais, como as emanadas do povo Paucerna [também grafado como 'pàu-cerna'], da Bolívia, que eram em pequena quantidade e de origem guarani; há remanescentes deles em Pimenteiras do Oeste e no Parque Noel Kempff Mercado, no país vizinho. Outra língua presente no território é a Hahãintesu, que é polissintética, o que significa que ela agrega morfemas em suas raízes verbais e nominais.

Pela tradição oral, sabe-se que a Rainha Tereza tinha cerca de 70 anos quando faleceu. Antes de ir para o quilombo, ela havia sido cativa de um dito capitão, estabelecido com terras em Vila Bela. Fora disso, há escassas informações sobre sua vida. Quando capturada, Tereza era um dos 79 negros e cerca de 30 indígenas, que interagiam com os moradores das redondezas, certamente contribuindo para perpetuar informações e lendas sobre o agrupamento revoltoso. Não se sabe se havia crianças entre os detidos.

É notável o fato de que o Quilombo Grande ter sido liderado por uma mulher em pleno Brasil Colônia, escravagista, mais misógino e patriarcal – e os resquícios disso tudo

sobrevivem até hoje. Certamente, Tereza tinha a cumplicidade e a aliança de outras mulheres com raízes africanas e indígenas. Quiçá, Tereza viveu experiências extraordinárias que existem nas vivências culturais, hábitos, usos, costumes e histórias que permeiam as vidas quilombolas e a dos moradores dos cerrados e florestas nos dias atuais.

Segundo dados do IBGE, Vila Bela da Santíssima Trindade possui 17.798 habitantes, dos quais 2.589 se autodeclaram quilombolas e 279 indígenas. A cidade ainda preserva tradições herdadas do período de Tereza de Benguela, como a organização matriarcal e o protagonismo das mulheres nas decisões coletivas. Pesquisadora do tema desde 1999 e autora do livro "Pérolas Negras – As mulheres de Vila Bela na luta pela afirmação da identidade", a professora Silviane Ramos, que se apresenta como quinta geração da heroína quilombola, define o município como "uma pequena África em Mato Grosso".

Se no Brasil chama atenção a liderança de Tereza, ela não foi uma exceção em seu contexto histórico-cultural. Apesar da tímida representação feminina, resultante de fatores como a colonização e o patriarcalismo, sociedades africanas matrilineares apresentavam uma realidade distinta, em que as mulheres possuíam poder decisório na transmissão de heranças e títulos.



O antigo Palácio dos Capitães-Generais em Vila Bela é, atualmente, um museu. Edifício foi erguido quando as coroas de Portugal e Espanha, as maiores potências marítimas da época, disputavam o território na porção central-sul do Novo Mundo. Foto: Júlio Olivar/2009.

IV

Referências que resistem ao tempo

Segundo a tradição oral, Tereza liderou o território durante duas décadas. Houve outros confrontos anteriores até sua morte física; seu espírito e o de seu povo permanecem vivos. Esse lugar situa-se na fronteira entre Brasil e Bolívia, a cerca de 150 km de Vila Bela, absorvendo influências culturais africanas desde antes dos ciclos do ouro e da borracha, que receberam bandeirantes e portugueses que mantinham suas operações graças aos contingentes de negros e indígenas escravizados.

A Rainha Tereza de Benguela é um baluarte enraizado no Guaporé. Entretanto, ela transcende fronteiras geográficas, é uma personificação de histórias globais do Brasil e África, ambos dominados e explorados por Portugal. Pouco foi documentado sobre ela. Qual sua altura, o tom de sua voz, o que dizia?

Mas as influências filosóficas, culturais e celebrações ancestrais aludem às memórias não escritas, passadas de uma geração a outra, consolidando a identidade local. Ela não foi "mais uma". Teria sido esquecida se não fosse, de fato, uma líder inspiradora.

Muitos africanos e seus descendentes fugiram das fazendas, engenhos de açúcar, minas de ouro e pedras preciosas do Mato Grosso, formando comunidades quilombolas. Tereza de Benguela foi uma dessas lideranças. Mas, afinal, como foi a trajetória dela até chegar à região? Como foi sua vida pessoal? Teve filhos? Haverá, de fato, algum descendente direto de Sua Majestade em Mato Grosso e Rondônia?

Embora haja tantas perguntas sem respostas, Tereza representa um orgulho pelos seus atos de bravura. Em homenagem à grande heroína da resistência, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra foi instituído oficialmente no Brasil em 2014, pela Lei nº 12.987. Assim, celebramos a memória dessa líder, símbolo de força e perseverança,

que deixou sua marca nas águas e nas terras do Guaporé, que é o maior elo da história da atual Rondônia com o seu próprio passado enraizado no Mato Grosso.

O resgate da personalidade, por meio desta data, foi motivado pela existência do Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, também celebrado em 25 de julho, quase coincidindo com o 22 de julho, a data do covarde ataque ao Quilombo Grande.

UMA DÍVIDA IMPAGÁVEL

Depois de Tereza, estruturas políticas continuaram boicotando os pretos, tirando deles muitas chances de prosperidade. Para ilustrar, basta citar a Lei de Terras, de 1850, segundo a qual o imperador Dom Pedro II fez com que o país optasse, oficialmente, por ter uma zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades.

Em 1850, a luta de Tereza de outros iguais a ela parecia inglória. Afinal, tantos anos passados e os pretos ainda eram escravizados e, portanto, tutelados pelo Estado. Mas e quando deixassem as senzalas? Estariam, de verdade, livres? Não, não poderiam sequer sonhar em ter terras. Estavam condenados à servidão e à lei da oferta e procura que achataria o valor da mão de obra, ainda mais que não haveria qualquer legislação trabalhista e nenhuma garantia dada ao trabalhador em geral – e muito menos aos negros, escravizados ou não.

Quando saíram da escravidão formal, em 1888, mais de um século depois da morte de Tereza, as pessoas pretas não foram indenizadas e nem puderam ter acesso à terra, porque havia uma lei proibitiva. O governo havia pensado em tudo.

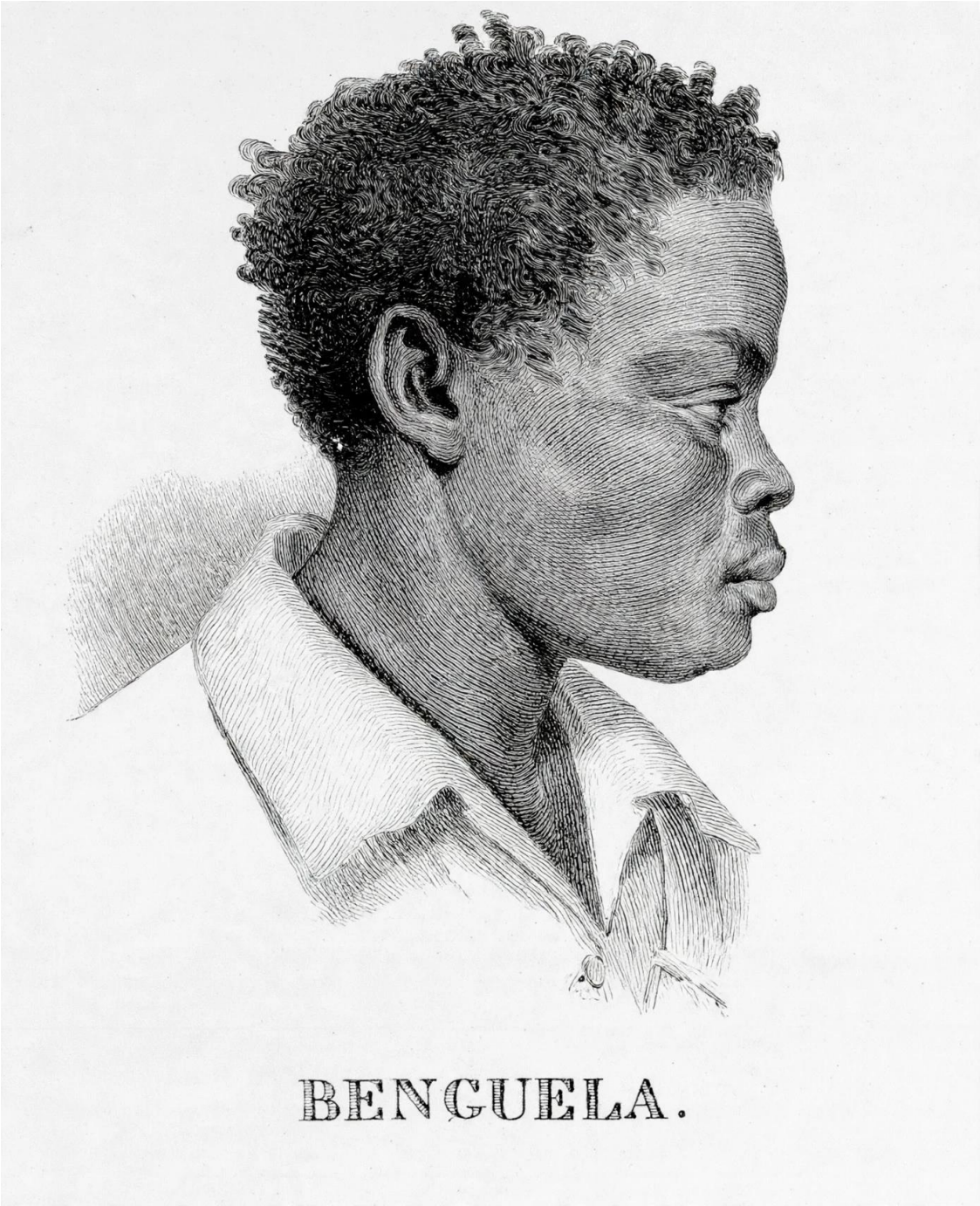
As favelas do Rio de Janeiro, para citar um exemplo cabal e contemporâneo, ganharam corpo justamente após o fim do cativeiro, com a migração de pessoas do Vale do Paraíba, em São Paulo, para a Cidade Maravilhosa. E todos pagam a conta com as injustiças decorridas da falta de acolhimento e da legislação absurda e cruel. Não teria sido melhor indenizar os negros libertados com terras?

Os senhores da mão de obra escravizada, embora monarquistas, patrocinaram a movimentação política de 1889 que culminou na proclamação da república. Tronaram eles mesmos, os fazendeiros, os líderes do Partido Republicano, os mesmos que, durante todo o Império, se associaram ao monarca. Assim, alijaram os negros de seus direitos indenizatórios, apesar de tantas demandas judiciais pedindo as reparações para eles que, durante séculos, construíram o Brasil sob o jugo da elite fundiária.

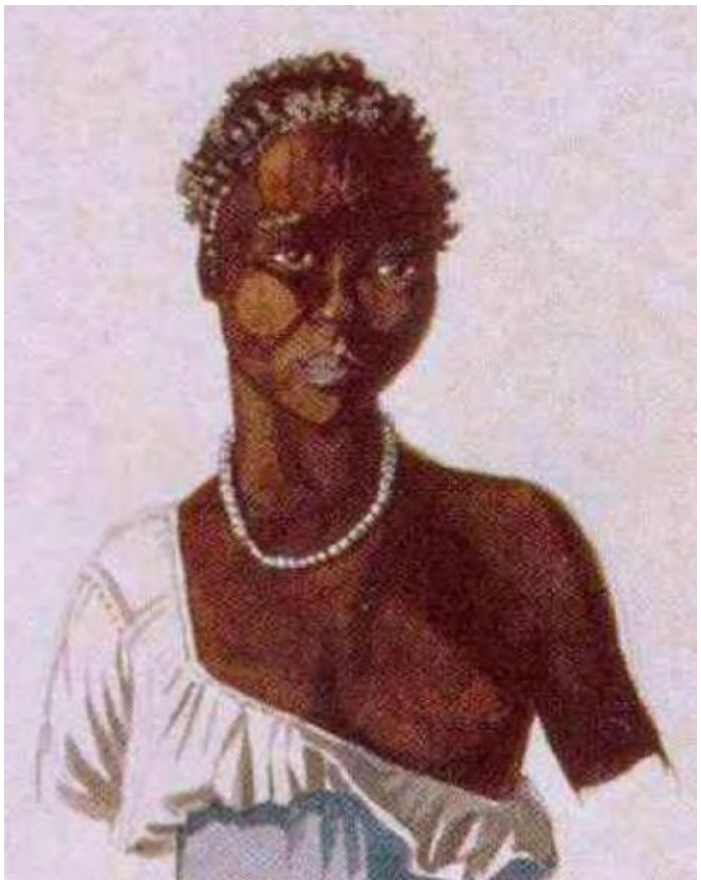
E o Brasil não foi exceção, como lembra a historiadora Ana Lúcia Araújo (*), da Howard University, de Washington (EUA):

"Após abolir a escravidão em suas colônias em 1834, a Inglaterra indenizou os senhores de escravos. Ao abolir a escravidão em 1848, a França pagou 6 milhões de francos (em vinte prestações com juro anual de 5%) aos antigos proprietários de escravos. Até o Haiti, que aboliu a escravidão e se tornou independente em 1804, teve que pagar a enorme soma de 120 milhões de francos para ter sua independência reconhecida pela França".

(*) visto em: https://www.intercept.com.br/2019/02/18/indenizado-fim-escravidao/



GENTE DE TEREZA | Gravura de um jovem benguela por volta de 1830, situado no Brasil, segundo traços do alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858).



Uma mulher africana escravizada em Mato Grosso, em 1827.

Desenho do francês Hércules Florence, feito em Diamantino, MT, durante a Expedição Langsdorff que chegou a Vila Bela.





Os estúdios Maurício de Souza desenvolveram, em 2016, o desenho da personagem Milena, da Turma da Mônica (Fonte: https://mundonegro.inf.br/turma-da-monica-homenageia-tereza-de-benguela-pelo-dia-da-mulher-negra-afrolatina-e-caribenha/), caracterizada como Tereza de Benguela. Esta ideia faz parte do projeto "Dona da Rua", que objetiva inspirar meninas e mulheres a buscarem seu espaço em áreas como artes, direitos humanos, ciências, esportes e literatura.

À direita, uma escultura de argila de Tereza de Benguela, desenvolvida pelo artista plástico porto-velhense Bruno Souza (Acervo pessoal do artista).



Tereza foi homenageada em enredos de duas escolas de samba: a Unidos do Viradouro, do RJ, em 1994; e Barroca Zona Sul, de São Paulo, em 2020.

Tereza, Vitória (irmãs, de Vila Bela) e Inês (nascida na cidade de Cáceres), em 1994 (Acervo pessoal)

De Vila Bela para a Marquês de Sapucaí, em 1994. Três anunciadas descendentes da rainha negra desfilaram no abre-alas na Viradouro, escola de Niterói que faz parte do Grupo Especial do Carnaval Carioca. O célebre e mais festejado carnavalesco da época no país, Joãozinho Trinta (1933-2011), esteve em Vila Bela pesquisando enredo e descobriu as moças.

Ao final, a Viradouro – citada como protótipo de luxo na avenida naquele ano – terminou o Carnaval em terceiro lugar, no Grupo Especial do carnaval do RJ. A escola foi muito aplaudida. Mas, cometeu alguns deslizes técnicos. Sem contar que houve erros nas referências históricas a Tereza. Primeiramente, chamaram-na de Rainha do Pantanal, numa nítida referência – uma carona midiática, na verdade – ao sucesso da novela Pantanal, da TV Manchete, cujos ecos ainda existiam quatro anos após a exibição da atração.

Pantanal estava na moda no país, mas a história da novela se passava no Mato Grosso do Sul, sem qualquer alusão a Tereza de Benguela, que na verdade é a Rainha do Guaporé. O Mato Grosso também é pantaneiro, mas não era essa a "pegada" preponderante na história da personagem. Enredo confuso, complexo, mas, certamente, bem-intencionado.

QUILOMBOS HOJE

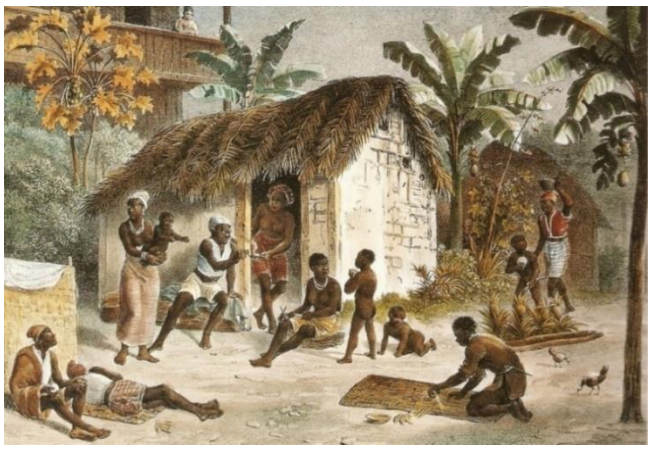
Entre os vestígios da presença de escravizados no Vale do Guaporé, destacam-se nove quilombos que ainda sobrevivem em 2026, no estado de Rondônia, totalizando cerca de 3 mil moradores – o que coloca o estado em 22º lugar no ranking nacional em número de remanescentes de pessoas escravizadas. No Mato Grosso, na 18ª posição, são quase 12 mil quilombolas; 2,6 mil vivem em Vila Bela da Santíssima Trindade, o município onde Tereza de Benguela pereceu na cadeia. Os dados são oficiais, vistos no portal do IBGE.

O artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) garante a propriedade das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. O Supremo Tribunal Federal validou o Decreto 4.887/2003 na ADI 3.239, em 2018. Litígios de titulação e de posse no Vale do Guaporé chegam ao Judiciário estadual de Rondônia.

No Vale do Guaporé, mais de 360 escravizados trabalharam na construção do Forte Príncipe da Beira, icônica construção frequentemente apresentada como "obra de Portugal", sem mencionar a mão de obra que a edificou. Os negros construíram, eles são os heróis. Hoje, no município de Costa Marques, onde se localiza a fortaleza militar, existem duas comunidades quilombolas: Santa Fé e Forte Príncipe. No município vizinho, São Francisco do Guaporé, há também dois quilombos: Santo Antônio e Pedras Negras. Este último possui receptivo turístico e duas pousadas, em que os visitantes recebem informações históricas e arqueológicas da região, além de vivenciarem a cultura dos ribeirinhos.

Em São Miguel do Guaporé, há o quilombo denominado Jesus. No município de Pimenteiras do Oeste, existem dois quilombos: Laranjeiras e Santa Cruz. Algumas casas também na zona urbana de Pimenteiras remetem aos estilos das comunidades afro-brasileiras, cobertas por palha de naja, aricurí e açaí.

Alta Floresta do Oeste abriga um quilombo na ilha de Porto Rolim de Moura e outro em Tucumã. A primeira comunidade possui casas que refletem comportamentos influências quilombolas e de descendentes bolivianos e indígenas.



Senzala, por volta de 1830, segundo a pintura de Rugendas no livro "Viagens pitorescas através do Brasil", de 1835. Acervo do Instituto Moreira Salles.



Casa de pau a pique em Porto Rolim, no Guaporé, em 2006. Foto: Júlio Olivar

O cardápio dos quilombos traz a culinária tradicional brasileira, que recebeu influências diretas e mútuas da África em seus hábitos alimentares. Os quilombolas ribeirinhos, em particular, apreciam uma grande variedade de peixes. No Guaporé, destacam-se espécies como tambaqui, pirarara, tucunaré, matrinxã, corvina e piau. Para sobremesa, o doce de caju, uma fruta abundante na região, é uma opção.

Em Porto Rolim, entre os moradores mais tradicionais, serve-se o doce de ovos de tracajá (espécie de tartaruga), conhecido como arabu; é uma afinidade cabocla amazônica. Esta iguaria mistura ovos batidos com farinha e açúcar, sendo cozida em fogões a lenha até ganhar a consistência parecida à do doce de banana.

CANJINJIN

Um licor aromático típico de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), de origem africana. Feito com cachaça, gengibre, mel de abelha, cravo, canela, erva-doce e "ingredientes secretos", é conhecido por seus efeitos energéticos e afrodisíacos. O nome da bebida é uma homenagem ao príncipe africano Kangingin.

Uma das mais conceituadas e conhecidas "canjijeiras" de Vila Bela é a comerciante Teca. Nascida em 1955, com o nome de batismo Maria Terezinha Leite de Brito Silva, graduou-se em História e possui uma padaria ao lado das ruínas da Igreja Matriz. É naquele ponto comercial que Teca vende o licor, conta histórias e rememora cantigas que aprendeu com sua avó materna, Juliana Leite, sua musa na arte da culinária e da rememoração de fatos e lendas.

A bebida era, muitas vezes, usada pelas escravas-mães como forma de "adoçar" o ânimo de seus senhores. *"Principalmente quando era necessário retirar os seus filhos de algum castigo e até do tronco",* narra Teca, que cresceu ouvindo causos envolvendo ancestrais afro-brasileiros. "*São tantas narrativas que vêm deste Tereza de Benguela*!", afirma, sempre sorridente.

A comerciante, que tem sete irmãos vila-belenses, reforça a tese do historiador local Elísio Ferreira de que nem todos os negros que permaneceram em Vila Bela, após a retirada dos portugueses, eram escravizados.



"Eu nem sei ao certo rastrear meus descendentes africanos, pois meus avós e bisavós, todos eram forros, pretos livres. Trabalharam retirando poaia (uma planta medicinal) e com a agricultura".

Além disso, a família de Teca – os Leite de Brito – tem forte pendor político: seu pai, Íris Leite de Brito, foi prefeito duas vezes e seu avô, Julião Ferreira de Brito, foi um líder que atravessou gerações.

Teca mantém viva a cultura: com uma garrafa de Kanjinjin equilibrada na cabeça – como acontece durante as apresentações do 'Chorado' – ela entoa canções ancestrais trazidas desde o Brasil Colônia. Foto: Júlio Olivar

DANÇA DO CHORADO: Dança afro-brasileira originária da região de Vila Bela da Santíssima Trindade, que surgiu no período colonial. Durante essa época, escravizados fugitivos e transgressores eram aprisionados e castigados pelos senhores, e seus entes queridos solicitavam perdão dançando o Chorado.



Homem caracterizado para o Congo: cultura afro-brasileira tradicional em Vila Bela. Foto: Karen Malagoli /Divulgação ALMT.

CONGO - A Dança do Congo, uma celebração anual em Vila Bela, representa uma expressão cultural singular, resultante da sincretização entre tradições africanas e catolicismo. Manifestação reflete a experiência afrodescendente no Brasil e a devoção a São Benedito (1526-1589), um italiano nascido como filho de escravizados africanos. Ele se fez símbolo de resistência e orgulho para as comunidades afro-brasileiras.

É DIVINO

As manifestações culturais africanas se expressam na religiosidade com raízes ancestrais e, também, a referência adquirida na Igreja Católica, religião que foi oficial no Brasil até 1889. A mais visível hoje em dia no Guaporé é a Procissão do Divino Espírito Santo, realizada há mais de cem anos. Esta celebração mescla o profano e o sagrado, com celebrações de missas, comidas, fogos e cantos; são heranças de Portugal e da África, colonizada pelo país europeu.

A procissão, surgida oficialmente no final do Brasil Império, cerca de um século após a morte de Tereza de Benguela, mantém viva a lembrança entre os remanescentes africanos, verdadeiros pioneiros, guardiões e benfeitores do Vale do Guaporé, mesmo quando estiveram sob as agruras da escravidão.

Em 2022, o Governo do Estado de Rondônia sancionou a Lei Ordinária n° 5.252, que reconhece a Festa do Divino Espírito Santo como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado. Usando embarcações tradicionais a remo — os batelões — decoradas com símbolos do Divino, como o pombo branco, e cobertas de esteiras de bambu, fitas e bandeiras nas cores branco e vermelho, os romeiros percorrem mais de 1.300 quilômetros, em zig-zag, no Vale do Rio Guaporé durante exatos 50 dias, visitando cerca de 40 comunidades brasileiras e bolivianas. As datas da procissão variam, mas sempre ocorrem no primeiro semestre de cada ano.

A tradição surgiu no século XIV em Portugal e foi trazida para o Brasil por exploradores europeus. Com o tempo, elementos da cultura africana, como o uso de atabaques, foram adicionados, refletindo a presença marcante dos quilombos que se formaram no Vale do Guaporé, ocupado por Portugal e Espanha. Em outras partes do Brasil, como em Paraty (RJ), o folguedo de cunho religioso é diferente. Em Rondônia, é o único lugar onde a procissão é fluvial e se estende por tantos dias.



Batelões de romeiros na procissão do Divino Espírito Santo no Rio Guaporé, em 2016: bandeiras do Brasil, Bolívia e Rondônia. Foto: Júlio Olivar.

ÍCONES DA HISTÓRIA DE VILA BELA

Em Vila Bela, Tereza de Benguela é um emblema e o próprio mito. Mas Ricardo Franco também é sinônimo de história. Uma escola, uma cordilheira e o Parque Estadual, criado em 1977, com 158.620,85 hectares o homenageiam com o seu nome. No entanto, uma lenda cerca sua memória: a espada de ouro. Dizem que ela foi sepultada com ele na Capela Real de Santo Antônio dos Militares, ao lado do Pouso Alegre, o rancho de pouso de tropeiros e navegantes do século XVIII, onde surgiu Vila Bela.

Nos anos 2000, um forasteiro, com um detector de metais, chegou à cidade em busca desse tesouro. Muitos o viram com desconfiança. Apesar de a igreja não existir mais, o pirata contemporâneo não desistiu e vasculhou todo o terreno, bem em frente ao Rio Guaporé, no exato local onde Tereza teria aportado.

No dia seguinte, o viajante misterioso desapareceu, deixando para trás um buraco no chão e uma pergunta: será que ele encontrou a espada? Silêncio. Quem sabe não conta. E quem conta, não tem certeza. "Tudo isso era como as frias crônicas, esqueleto da história, sem a alma da história", diria Machado de Assis (*). E em Vila Bela, a lenda da espada de ouro continua a inspirar sonhos e especulações. Você acredita?

O certo é que o velho militar morreu pobre e deixou dois filhos que teve com uma indígena. As crianças tiveram que ser ajudadas pela Igreja Católica. Sua descendência é desconhecida.

(*) Conto "Dona Paula", de 1884.



Ruínas da Capela de Santo Antônio dos Militares, 31 de maio de 1931. Nada sobrou além dos alicerces de pedra. Foto: Benjamin Rondon/Arquivo Nacional.



O autor no local onde existia a igreja — hoje apenas vestígios. Foto: Acácio Félix.

MEMÓRIA AVILTADA – Entre pedras, árvores e segredos, eis o lugar onde os restos mortais do engenheiro-militar Ricardo Franco estiveram enterrados. As ruínas da velha Capela Real Santo Antônio dos Militares estão à sombra do imenso Parque Estadual Serra Ricardo Franco, uma das maiores riquezas naturais do país.

Alguns políticos têm trabalhado para extinguir o parque com o objetivo de criar gado, plantar grãos e extrair madeiras e outras riquezas da área, conforme está nesta notícia veiculada no site G1: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/10/almt-analisa-projeto-de-extincao-de-parque-serra-ricardo-franco-nesta-quarta.ghtml

Os lucros de operações legais e ilegais no local não são reinvestidos em Vila Bela, que fica apenas com o passivo ambiental, sem compensações. Os grandes exploradores da área não moram na cidade. É assim desde 1970, quando chegaram os fazendeiros que compraram as terras até então usadas para subsistência, implantaram fazendas gigantes que têm até campos de pouso para aeronaves.

A cidade-mãe de Mato Grosso e Rondônia não é tratada como Patrimônio Cultural, e os danos ambientais são visíveis. O Parque Ricardo Franco deveria ser elevado a um patamar global e pertencer à humanidade.



À entrada da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, na rodovia BR-174, uma representação de Tereza de Benguela, em 2025. Foto: Júlio Olivar.

FONTES CONSULTADAS

ACERVOS PÚBLICOS

- Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Cuiabá (MT)
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ)
- Centro de Documentação Histórica de Rondônia, Porto Velho
- Centro de Pesquisa e História da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (RJ)
- Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro (RJ)
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Brasília (DF)
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro (RJ)
- Instituto Memória do Poder Legislativo do Mato Grosso, Cuiabá (MT)

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (org.). Anais de Vila Bela: 1734 – 1789. Cuiabá: Ed UFMT, 2006.

ARAÚJO, Ana Lúcia. Nenhum negro foi indenizado pela escravidão no Brasil. Esse debate é mais urgente do que nunca. **Intercept Brasil**, 18 fev. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br. Acesso em: 22 out. 2026.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. Album Graphico do Estado de Matto Grosso. Hamburgo; Corumbá: s.n., 1914.

DOMINGUES, Joelza Ester. A ciência a serviço do imperialismo: Darwinismo Social e Eugenia. **Ensinar História**, 30 jun. 2026. Disponível em: https://ensinarhistoria.com.br. Acesso em 29 out 2026.

CALMON, Pedro. História do Brasil: séculos XVIII e XIX. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

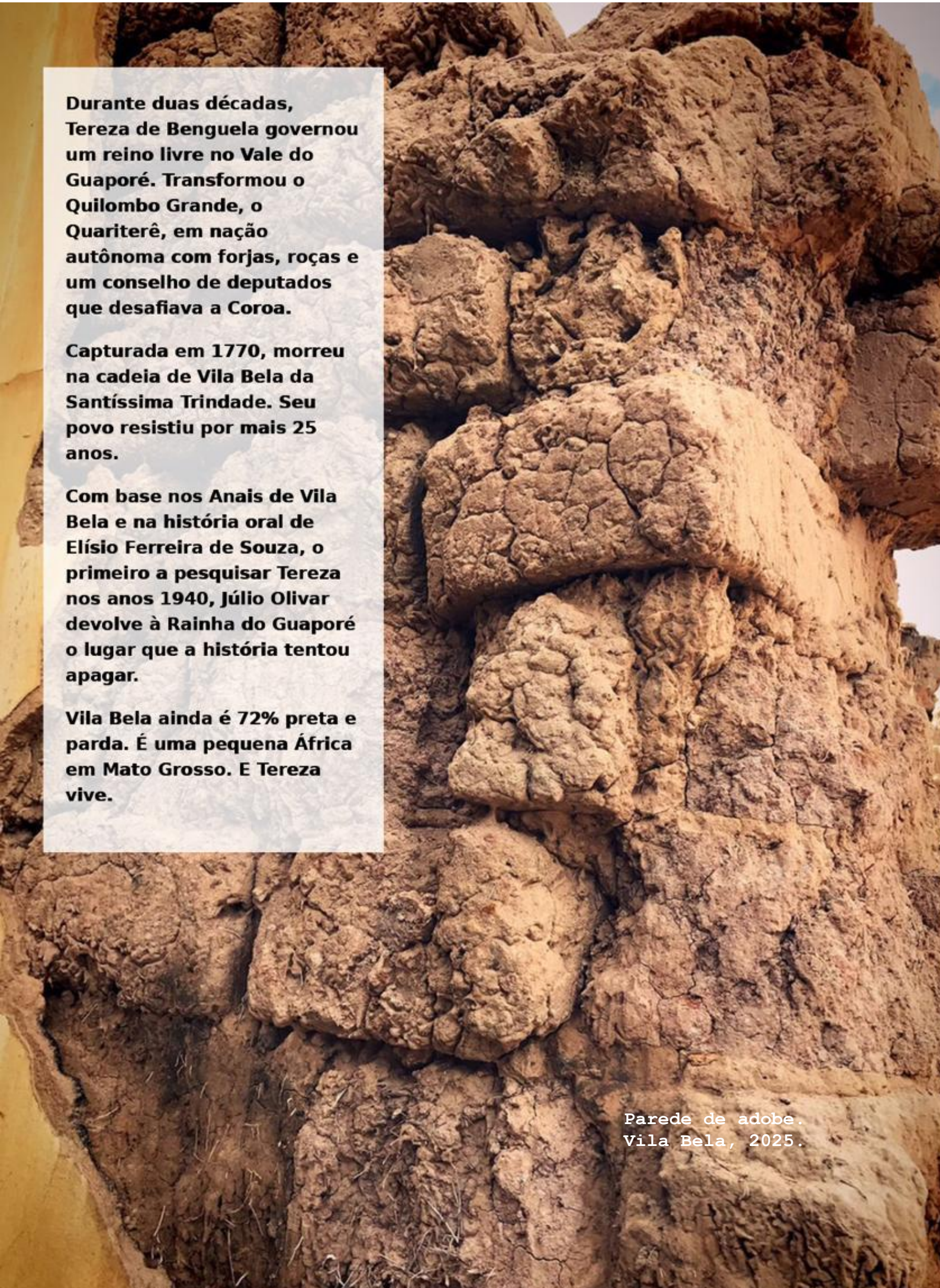
JESUS, Nauk Maria de. Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

LACERDA, Leila Borges de. Patrimônio histórico-cultural do Mato Grosso: bens edificados tombados pelo Estado e União. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. A Comissão Rondon em rápidos traços. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1928.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo: H. Schroeder, 1869.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. A Commissão Rondon e o Museu Nacional – Conferências. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, Publicação n. 49, 1945.



Durante duas décadas, Tereza de Benguela governou um reino livre no Vale do Guaporé. Transformou o Quilombo Grande, o Quariterê, em nação autônoma com forjas, roças e um conselho de deputados que desafiava a Coroa.

Capturada em 1770, morreu na cadeia de Vila Bela da Santíssima Trindade. Seu povo resistiu por mais 25 anos.

Com base nos Anais de Vila Bela e na história oral de Elísio Ferreira de Souza, o primeiro a pesquisar Tereza nos anos 1940, Júlio Olivar devolve à Rainha do Guaporé o lugar que a história tentou apagar.

Vila Bela ainda é 72% preta e parda. É uma pequena África em Mato Grosso. E Tereza vive.

Parede de adobe.
Vila Bela, 2025.